NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/03/2013 - Edição Nº769

Diário Oficial da União publica portaria sobre registro de entidades sindicais

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de segunda-feira (04) a portaria nº 326 de 1º de março de 2013, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego.

A publicação é de grande interesse para todas as entidades sindicais e está disponível na íntegra no site da CNTV.

Fonte: CNTV

Diário Oficial da União – Seção 1

Nº 42, segunda-feira, 4 de março de 2013 Pagina 72-75

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

Portaria nº 326, de 01.03.2013

Dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego.

O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, no Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Súmula nº 677, do Supremo Tribunal Federal,

Resolve:

Art. 1º Os procedimentos administrativos relacionados com o registro de entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE serão os previstos nesta Portaria.

Vigilantes ficam em greve na Bahia pelo menos até assembleia que terão no dia 7

Sem acordo, os vigilantes voltaram a realizar uma passeata pelo centro da cidade, nessa segunda-feira (4/3). Eles saíram da sede do Sindicato, situado à Rua do Gravatá, e seguiram para o Centro Histórico no Pelourinho.

Segundo o diretor do sindicato da categoria, Paulo Brito, a greve continua pelo menos até a quinta-feira, dia 7, quando haverá uma nova rodada de negociações na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

A última negociação, mediada pela desembargadora, presidente do TRT –BA, Vânia Chaves, terminou sem acordo e a greve tem afetado o funcionamento de bancos, de outros órgãos e causando transtornos à população na hora de fazer pagamentos ou tentar sacar dinheiro.

De acordo com Paulo Brito, diretor do Sindvigilantes - Ba, a legitimidade da greve ainda será julgada na próxima audiência do dia 7 e o advogado da categoria, Nei Viana, já entrou com recurso contra a liminar, já que o sindicato cumpre a lei mantendo 50% da categoria no trabalho.

Brito diz ainda que a questão de abertura das agências bancárias é complicado, já que as agências, dependendo do tamanho, funcionam com dois ou quatro vigilantes. E, cumprindo a Lei, é colocada a metade – onde trabalham dois, tem um e onde trabalham 4 tem dois – No entanto, por decisão dos bancos, as agências continuam fechados, por acharem que o plano de segurança foi quebrado.

Cumprimento da lei

De acordo com o presidente do Sindicato, José Boaventura, a greve continua por intransigência do sindicato patronal por não querer pagar adicional de periculosidade. "O sindicato dos profissionais entende que a lei tem que ser cumprida. O adicional de periculosidade tem que ser pago, até porque as empresas já pagam o adicional de risco de vida, reconhecendo que a atividade de vigilante é uma atividade de risco", disse.

Acrescentou ainda que a categoria dos vigilantes pede o pagamento da periculosidade com a compensação dos 18% do risco de vida, o que representaria o complemento de mais 12% no salário dos profissionais. "O sindicato entende que a melhor solução é uma solução negociada. E há notícias inclusive de que, em 13 ou 14 estados, já foram feitos acordos para pagar esse adicional de periculosidade", complementa.

Para o sindicato das empresas, o adicional de periculosidade deve ser referente ao local em que se exerce a atividade e não à função em si. Na posição dos empresários, o pagamento pedido é irregular, mas será obedecido caso a Justiça julgue necessário.

A mobilização dos vigilantes continua afetando o funcionamento de agências bancárias na Bahia. Em relação aos postos da Previdência Social em Salvador, unidades localizadas nos bairros do Bonfim, Mercês, Periperi e um dos centros que funcionam em Brotas continuam com o atendimento suspenso.

Os estabelecimentos instalados no Comércio, Centro Histórico, Itapuã e a outra unidade de Brotas estão funcionando parcialmente, com prioridade para os serviços agendados.

Fonte: Tribuna da Bahia

Sindicato dos Vigilantes fecha dissídio com conquista histórica

O Sindicato dos Vigilantes de Santa Cruz do Sul e Região aprovou em assembleia geral o fechamento do dissídio coletivo 2013/2014. Depois de inúmeras rodadas de negociação a entidade, que representa os trabalhadores de 45 municípios, e o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância no Rio Grande do Sul (Sindesp – RS) chegaram a um acordo. Entre as reivindicações da categoria, Paulo Lara, que preside o Sindicato dos Vigilantes, destacou a conquista dos 30% de periculosidade como a mais importante delas. "É lei, mas a patronal vem discutindo juridicamente para não pagar. Agora, como conseguimos garantir no dissídio, todos os vigilantes estão amparados", explicou.

Além desse benefício, a categoria conseguiu um reajuste de 6,63% (o piso era de R$ 968,00 e passou para 1031,80) no salário e mais R$ 1,00 no vale alimentação (R$ 11,00 para R$ 12,00). "É evidente que ainda não contemplamos tudo que queríamos e precisávamos, mas a nossa mobilização foi fundamental para chegarmos até aqui. E assim será sendo! Vamos avançando degrau por degrau", avisou Lara.

Os novos valores passaram a valer desde fevereiro, mês da data-base. "Tivemos uma conquista histórica, que há anos vínhamos lutando. Esse é o resultado de uma direção comprometida com a sua base", finalizou o presidente.

Fonte: Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul

Vigilantes de Santa Cruz e Região aprovam fechamento de dissídio coletivo

Contratação de serviços de segurança privada deve seguir legislação federal

A contratação de seguranças para atuar em bares e casas noturnas deve ser feita com atenção especial para evitar futuros problemas. No caso da tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria, a responsabilidade dos seguranças será investigada. A atividade de segurança e também de vigilante é regulada pela Lei Federal 7.102/83 e o curso é exclusivo de academias de formação de vigilantes que são autorizados e fiscalizados pela Polícia Federal.

Vagner Ferreira, gestor de segurança, instrutor de cursos de formação de vigilantes e especialista em Segurança Pública, explica que muitas pessoas desconhecem a lei federal que regula as atividades de segurança privada. Em consequência, acabam contratando pessoas aleatoriamente, o que é considerado irregular perante a legislação. Ferreira diz que o correto, segundo a portaria 387/06 do Departamento de Polícia Federal, seria contratar uma empresa especializada que irá disponibilizar o vigilante para o trabalho.

De acordo com o gestor, a clandestinidade nesta área é comum. "Existem muitas empresas que oferecem serviços de segurança privada sem nenhum tipo de autorização, sem estrutura para essa atividade e até mesmo pessoas oferecendo seus serviços particulares de segurança, pessoas essas em alguns casos sem nenhum preparo. Sendo assim, atuam na clandestinidade aos olhos da lei. A Polícia Federal tem reunido esforços na tentativa de inibir essa conduta", aponta.

Outro problema enfrentado nesta área é a falta de vínculo empregatício. Ferreira comenta que em grande parte dos serviços não há vínculo com o estabelecimento comercial e nem com os organizadores do evento. "O que deixa de oferecer ao profissional um respaldo trabalhista até mesmo em uma condição adversa de acidente de trabalho, por exemplo".

Para atuar como vigilante patrimonial é necessário realizar curso específico onde o profissional será preparado por especialistas das áreas de direito e segurança privada além de conhecimentos como defesa pessoal, armamento e tiro, prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros entre outras questões.

"O curso de vigilante patrimonial é exclusivo de academias de formação de vigilantes que são autorizadas e fiscalizadas pela Polícia Federal, não podendo ser realizado em outras instituições", salienta o gestor de segurança.

Fonte: Jornal Cidade de Rio Claro

Contraf-CUT apoia luta dos vigilantes pelo adicional de 30% de risco de vida

A Contraf-CUT levou todo apoio dos bancários aos vigilantes para a luta pelo pagamento imediato do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade para todos, conforme garante a lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012. A manifestação ocorreu na manhã desta sexta-feira (1º), durante a 2ª Plenária Nacional dos Vigilantes, que reuniu quase 40 entidades e mais de 70 dirigentes sindicais, em São Paulo.

O secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr, enfatizou a importância da mobilização para garantir o cumprimento dessa legislação, fruto da luta dos vigilantes no Congresso Nacional. "Os trabalhadores bancários e vigilantes são parceiros de longa data, companheiros de luta. Por isso, apoiamos esse movimento e queremos que a lei seja logo cumprida. Sabemos que em 12 estados os vigilantes já garantiram o adicional por força de luta e mobilização da categoria. Os vigilantes do país todo devem receber o que foi conquistado e está garantido na lei", defendeu.

A mesa da plenária foi presidida pelo secretário-geral da Confederação Nacional dos Vigilantes(CNTV), João Soares, e integrada pelos assessores jurídicos da entidade. O presidente da CNTV, José Boaventura, não compareceu em decorrência da greve dos vigilantes da Bahia, que já dura cinco dias por causa da intransigência das empresas.

Houve informes sobre o andamento das campanhas salariais dos vigilantes, que ainda não possuem uma mesma data-base em todo país, e o processo de negociação do adicional de 30% nos estados. Segundo João Soares, também foi realizada uma avaliação da paralisação nacional do dia 1º de fevereiro. "Muitos estados já conseguiram o adicional, independentemente da regulamentação da lei. Isso prova que a mobilização dos trabalhadores vale a pena e por isso já avançamos muito", declarou.

Para o secretário de finanças da CNTV, Jervalino Bispo, "ao final da plenária serão tirados encaminhamentos referentes aos estados que ainda estão em negociação e não conseguiram o adicional de 30%". Ele ressaltou que "a presidenta Dilma já sancionou a lei e o que queremos é que ela seja cumprida e, por isso, continuaremos mobilizados até que todos os vigilantes do Brasil recebam o adicional de 30%", enfatizou.

Fonte: Contraf-CUT

Grupo armado explode prédio e rouba agência bancária no Piauí

Polícia registra o terceiro assalto na cidade em menos de uma semana. Delegado de São Félix do Piauí aciona a polícia de cidades vizinhas.

Um grupo de homens armados assaltou na manhã desta segunda-feira (4) uma agência bancária no município de São Felix. De acordo com o vigia do prédio, José Gonçalo, nove pessoas armadas chegaram e explodiram o local.

"Eles colocaram dinamite no caixa eletrônico e com a explosão todo o prédio veio abaixo. A quadrilha pegou todo o dinheiro e fugiu em um veículo modelo saveiro", disse o vigia.

Segundo a Polícia, esse já é o terceiro assalto na cidade em menos de uma semana. O primeiro foi registrado na quinta-feira, dia 28 de fevereiro, na agência dos Correios. O segundo foi uma tentativa de arrombamento a essa mesma agência bancária no sábado, dia 2.

"Como eles não conseguiram roubar no sábado, voltaram nesta segunda-feira para concretizar o roubo", afirma José Gonçalo.

O delegado da cidade, Odilo Sena, confirmou que foi informado do assalto no início da manhã. "Acreditamos que seja a mesma quadrilha que efetuou os outros roubos. Já acionamos os policiais das cidades vizinhas e estamos trabalhando para capturar os suspeitos", disse.

Ainda segundo o delegado, o efetivo de policiais na delegacia é pequeno e deixa a cidade sujeita a assaltos. "Nosso efetivo é pequeno e há dias que só tem um policial de plantão", explica Odilo.

Fonte: G1

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine Estagiário: Tadeu Pinto
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF